

Governo achou injustas as acusações de Gudin

Das sucursais

"O professor Eugênio Gudin foi injusto em suas críticas à política econômica do governo e não levou em consideração todos os fatores hoje incidentes sobre os índices inflacionários, num País que é muito mais complexo do que ao tempo em que ele foi ministro da Fazenda, em 1954", afirmou ontem o porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila. Ao contrário do que disse Gudin, frisou o assessor presidencial, que o governo tem prioridades bem claras, mas elas às vezes são conflitantes por natureza, como o combate à inflação e a necessidade de gerar 1,5 milhão de empregos anuais, paralelamente a investimentos de vulto e sem retorno imediato, como Itaipu, Tucurui e as usinas nucleares.

O governo não se tem descuidado de conter seus gastos, e esse é um propósito que tem sido perseguido pelo presidente Figueiredo e continuará como prioridade, afirmou Átila, frisando que balançar a inflação drasticamente seria possível, mas isso provocaria milhões de desempregados, e esse custo social o governo não deseja. Para Átila, o professor Gudin deve ter esquecido esse aspecto em suas críticas, bem como a complexidade do Brasil atual em relação ao seu tempo de ministro, os problemas do protecionismo internacional dificultando a ampliação das exportações, a inflação importada e a baixa nos preços das nossas matérias primas.

CONJUNTO DE FATORES

O ministro da Fazenda, Ernane Galvães, e o ministro interino do Planejamento, José Flávio Pécora, contestaram ontem as declarações do professor e ex-ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, para quem a inflação brasileira decorre da incapacidade do governo de organizar os seus orçamentos e definir suas prioridades.

"O orçamento de dispêndios do governo como um todo", disse Ernane Galvães, "é superavitário, só havendo déficit no orçamento das empresas estatais, pois elas são obrigadas a executar grandes projetos com uma defasagem entre as necessidades financeiras dos programas e suas disponibilidades próprias de recursos".

Para o ministro interino do Planejamento, Flávio Pécora, os gastos do governo representam apenas uma das causas da inflação, pois o processo inflacionário que o País atravessa decorre de um conjunto de fatores que não podem ser reduzidos a um só. "Se fosse possível reduzir a inflação a uma única causa, seria muito simples combatê-la, pois bastava eliminar essa causa. Na verdade, a inflação resulta de uma série de fatores, inclusive fatores exógenos", disse Flávio Pécora.

PONTOS COMUNS

As críticas ao desperdício das empresas estatais, "algumas com despesas financeiras superiores ao faturamento", constituem um dos pontos comuns entre as posições sustentadas pelo ex-ministro da Fazenda do governo Café Filho, Eugênio Gudin, e o presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio de Oliveira Santos.

Mas o afastamento de todo o Ministério, inclusive do presidente Figueiredo, defendido por Gudin, não encontrou acomodada por parte do presidente da CNC, apesar do respeito e admiração pelas ideias do ex-ministro e pioneiro da instalação do ensino de economia no País.

LIMITES CRÍTICOS

O ex-governador do Rio Grande do Sul e atual candidato do PDT ao governo do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, disse que "o professor Eugênio Gudin despertou com grande atraso, uma vez que a Nação vem clamando contra o atual modelo econômico, que não nos poderia levar senão à situação atual". Brizola crê que o País está-se aproximando de limites críticos. E admite que os responsáveis por tal situação devem dar lugar a outros.

No entanto, o líder do PDT (em exercício) na Câmara dos Deputados e candidato ao Senado pelo Rio Grande do Sul, Getúlio Dias, não concorda com a tese do professor Gudin, de afastamento do presidente Figueiredo e dos seus ministros por "homens de maior envergadura". Para Getúlio Dias, não se trata de substituir homens, nem de trocar um general por outro, pois "o problema do Brasil é o da marginalização da sociedade e da não-alternância no poder".